

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5987>

“O FEMINISMO TRANSBORDA”: DOCÊNCIA, PRODUÇÃO ESCRITA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE AUREA CORRÊA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

“FEMINISM OVERFLOWS”: TEACHING, WRITINGS AND POLITICAL PERFORMANCE OF AUREA CORRÊA IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

“EL FEMINISMO DESBORDA”: DOCENCIA, PRODUCCIÓN ESCRITA Y ACTUACIÓN POLÍTICA DE AUREA CORRÊA EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

Irma Rizzini

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Universidade Federal Fluminense - Brasil

Resumo: A proposta do artigo é analisar as perspectivas produzidas por uma professora primária municipal do Rio de Janeiro, Aurea Corrêa Villares Ferreira/Martinez, a partir da leitura de sua produção escrita publicada em jornais de grande circulação à época, especialmente a *Gazeta de Notícias*. O estudo se insere em pesquisa mais ampla sobre a trajetória de professoras e sua participação nos movimentos de luta por direitos civis, políticos e no mundo do trabalho, entre os séculos XIX e XX. A pesquisa realizada sugere que Aurea Corrêa constituiu ampla rede de sociabilidade, baseada nas suas experiências no magistério primário e nas lutas políticas. Atuou na defesa dos direitos dos/as professores/as, na melhoria das escolas e dos métodos de ensino, na propaganda do socialismo e nas eleições presidenciais de 1910. Participou da criação da Associação Escola Moderna, responsável pela fundação de uma escola no centro do Rio de Janeiro, inspirada nas experiências de educação libertária de Francisco Ferrer desenvolvidas em Barcelona. Única conferencista do sexo feminino a integrar os eventos de difusão da iniciativa, defendeu publicamente o ensino racional para as mulheres. Os indícios de sua trajetória retratada neste artigo, e de outras professoras de seu tempo, evidenciam a ocupação de diversos espaços possíveis a algumas mulheres, ao menos àquelas pertencentes aos meios letrados. Suas lutas relativizam a representação corrente sobre o suposto predomínio do mundo doméstico como limite para as experiências femininas naquele contexto histórico.

Palavras-chave: História da Educação. Relações de Gênero. Trajetórias de professoras.

Abstract: Our proposal is to analyze the perspectives of a public primary school teacher in the city of Rio de Janeiro, Aurea Corrêa Villares Ferreira/Martinez, based on her articles published in newspapers of great circulation at the time, such as the *Gazeta de Notícias*. This study is part of a wider research

on the trajectory of female teachers and their participation in the struggle for civil, political and labor rights between the nineteenth and twentieth centuries. The research suggests that Aurea Corrêa formed a broad network of sociability, based on her experiences in primary teaching and in political struggles. She worked in the defense of teachers' rights, in improving schools and teaching methods, in the dissemination of socialism and in the presidential elections of 1910. She contributed to the creation of the Modern School Association (*Associação Escola Moderna*), which then established a school in the center of Rio de Janeiro, inspired by the experiences of libertarian education developed in Barcelona by Francisco Ferrer. As the only female speaker to participate in the events promoting this initiative, she defended rational education for women. Traces of her trajectory portrayed in this article, along with that of other teachers of her time, reveal the occupation of several spaces by women, at least those of educated circles. Their struggles relativize the current representation of a supposed predominance of female experiences limited to the domestic world in that historical context.

Keywords: History of Education. Gender Relations. Trajectories of female teachers.

Resumen: Nuestra propuesta es analizar las perspectivas que han sido producidas por una profesora del primer ciclo del municipio de Río de Janeiro, Aurea Corrêa Villares Ferreira/ Martínez, a partir de la lectura de sus artículos publicados en periódicos de gran circulación en la época, como la *Gazeta de Noticias*. Este estudio está inserido en la investigación sobre la participación de profesores en los movimientos en la lucha por los derechos civiles, políticos y en el mundo del trabajo, entre los siglos XIX y XX. El estudio sugiere que Aurea Corrêa tenía amplia red de sociabilidad, basada en sus experiencias en el magisterio, además en la participación en luchas política. Aurea ha actuado en la defensa de los derechos de los profesores, en la mejoría de las escuelas y de los métodos de educación, en la propaganda del socialismo y en las elecciones presidenciales de 1910. Aún ha participado de la creación de la Asociación Escuela Moderna (*Associação Escola Moderna*), responsable por la fundación de una escuela en la ciudad de Río de Janeiro, inspirada en las experiencias de educación libertaria del Francisco Ferrer, desarrolladas en Barcelona. En la ocasión, Aurea fue la única conferencista del sexo femenino a integrar los eventos de difusión, incluyendo la defensa de la enseñanza racional para mujeres. Los puntos de la actuación de Aurea expuestos en este trabajo, y de otras profesoras en aquel tiempo, evidencian la ocupación de múltiples espacios por algunas mujeres, principalmente las que tuvieron acceso a la educación. Sus luchas relativizan la representación sobre el predominio del mundo doméstico como límite para las experiencias femeninas en aquel contexto histórico.

Palabras clave: Historia de la Educación. Relaciones de género. Trayectorias de profesoras.

Introdução

Nas décadas finais do século XIX e nos anos iniciais do século XX, em vários países ocidentais, as mulheres foram recrutadas tanto para as salas de aula, primárias e do curso normal, como para funções de direção de escolas primárias, jardins de infância, Grupos Escolares e Escolas Modelos e, em menor escala, para as funções de inspeção escolar. Conforme afirma Flávia Fiorucci (2016), a escola foi um espaço onde as mulheres desafiaram a hierarquia de gênero prevaiente na sociedade e foram projetadas a um lugar de relevância social. Professoras primárias e da Escola Normal conquistaram espaços de atuação na grande

imprensa e nos periódicos pedagógicos, notadamente no alvorecer do século XX. O exercício de cargos de direção nas instituições escolares conferia novas atribuições e tencionava as hierarquias e as relações entre os gêneros no magistério. Além disso, as funções ampliavam a movimentação, a responsabilidade, a autonomia e possibilitavam, às mulheres, a construção de redes de sociabilidade no interior da administração municipal e na sociedade de maneira geral (WERLE, 2005).

A escrita feminina, entre os séculos XIX e XX, tem encontrado ampla acolhida pela historiografia (GARZONI, 2012), contudo a participação das professoras no mundo letrado não tem despertado o mesmo interesse. Muitas destas escritoras ganharam a vida como professoras em momentos diferentes de suas vidas, o que não costuma ser explorado pelos estudos. O transbordamento das atividades das professoras para além do magistério primário não deixou de gerar dissensões no meio especializado e na sociedade mais geral. Curvelo de Mendonça, colaborador do jornal *O Paiz*, no artigo sobre o “Ensino Municipal” desfiou críticas duras às jovens normalistas que “fogem de ensinar a crianças, disputando a regência de turmas na Escola Normal ou nos Institutos profissionais”, ao invés de seguirem o exemplo de suas colegas mais velhas. Para ele, tudo se resumia a um “transbordamento do feminismo, do feminismo doentio e de má espécie, com todo o séquito dos seus tristes efeitos” (O PAIZ, 9/07/1907, p. 1).

A imagem da mulher dedicada a educar a infância no lar e nas escolas encontrou forte idealização nas páginas dos jornais, incluindo as cartas de leitores e leitoras. No entanto, a atuação de professoras em outras esferas hierárquicas da Instrução Pública, bem como em outros espaços sociais e públicos (como a imprensa, as rodas letradas, as associações leigas, filantrópicas e de ofício, entre outros) não foi uma experiência incomum no período. Embora pouco conhecida pela historiografia educacional, esse parece ter sido o caso da professora Áurea Corrêa, cuja trajetória permite reconstruir os “fios e os rastros” de experiências de mulheres no magistério público e em diversas redes de sociabilidade no Rio de Janeiro.

Nossa pesquisa sobre a professora sugere que Aurea Corrêa Villares Ferreira (Aurea Corrêa de Martinez após seu casamento em 1910), constituiu ampla rede de sociabilidade, baseada nas suas experiências no magistério primário e nas lutas políticas. Atuou na defesa dos direitos dos professores e, particularmente, das professoras, na melhoria das escolas e dos métodos de ensino, na propaganda do socialismo e nas eleições presidenciais de 1910, pleiteando a participação das mulheres na vida política da nação. Seus feitos eram noticiados pela *Gazeta de Notícias*, como a criação do Centro Civilista de Senhoras, em apoio ao candidato civil à presidência da República, Rui Barbosa. Quando de sua criação, estavam à

frente do Centro duas professoras: a “Professora Aurea Corrêa”, como presidente, e a vice-presidente “Professora Clarinda America Brasileira”. Além delas, encontravam-se na lista mais sete professoras dentre as 53 mulheres citadas no jornal que apoiava a candidatura de Rui Barbosa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/10/1910, p. 1).¹

Neste mesmo ano, a *Gazeta de Notícias* deu destaque à “série de conferências sobre o método de ensino racionalista”, evento organizado em torno da criação da Associação Escola Moderna. Entre os conferencistas, foi anunciada em várias edições a presença de uma mulher: a professora Aurea Corrêa, responsável pela 4ª conferência, dedicada ao “Ensino racionalista e a mulher”, a ser realizada no salão da Associação dos Empregados do Comércio (GAZETA DE NOTÍCIAS, 9/6/1910, p. 4). Sob os aplausos de um auditório variadíssimo, o de maior frequência feminina entre as conferências, conforme o relato do jornal, a conferencista condenou a desigualdade entre os sexos, fomentada pelos preconceitos religiosos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/6/1910, p. 6). A Associação surgiu no bojo do movimento internacional para a educação racional da infância, inspirado na experiência escolar libertária desenvolvida por Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) na cidade de Barcelona, com o apoio de vários colaboradores, incluindo mulheres (SANTOS, 2014; SILVA, 2013).

Aurea Corrêa se firmou como escritora, como tantos escritores de sua época, por meio da imprensa e outros impressos. Além da produção de material didático, como o livro *Gramática Portuguesa*², a professora teve artigos publicados em periódicos pedagógicos e jornais do Rio de Janeiro, especialmente o jornal diário de importante alcance popular, a *Gazeta de Notícias*. Nele, foi responsável por colunas, como a *Rapido*, onde comentava assuntos variados, frequentando a coluna com maior assiduidade questões polêmicas relativas à instrução pública, especialmente o magistério. Ocasionalmente, era veiculada a coluna *Instrução Pública*, por meio da qual Aurea Corrêa apoiava ou criticava as ações da municipalidade, com base em suas experiências como professora e as de suas colegas.

Pela relação de professoras que identificamos por sua atuação no magistério, na imprensa diária e pedagógica, nas conferências, na produção de obras didáticas e na inserção em associações diversas, seria imprudente tratar Aurea Corrêa e suas parceiras de lutas políticas como excecionalidades, “mulheres à frente do seu tempo”. No entanto, é preciso apontar que seus artigos e o discurso proferido na recepção ao candidato presidencial

¹ O documento manuscrito dirigido a Rui Barbosa, de 23 de janeiro de 1910, encontra-se disponível no Arquivo Rui Barbosa (Série Correspondência\CR 1537 ao CR 1566. Acesso em 14/05/2018.

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37612&pesq=>>

² Citado na notícia do *Jornal do Brasil* (27/12/1911, p. 4) sobre a designação de inspetores escolares pelo diretor da Instrução Pública com o fim de darem parecer sobre o livro.

demarcavam as lutas destas mulheres no sentido de concorrer à abertura das “cortinas ao progresso feminino” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/10/1910, p. 1). Nos seus escritos se posicionou politicamente como socialista e participou da fundação de um comitê de propaganda socialista na capital da República, do qual fez parte da diretoria como “1º secretário” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/07/1912, p. 3). Na defesa da extensão do ensino primário a “todas as classes sociais”, Aurea Corrêa apoiou em sua coluna a presença de “moços de reconhecido valor, além de alunos antigos da Escola Normal” na direção dos cursos noturnos, tendo em conta o anseio de um grande número de indivíduos por frequentá-los, oriundos do que ela denominou de a “briosa classe operária, tão esquecida e posta de lado no gozo de vantagens a que tem reconhecido e incontestável direito” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/06/1909, p. 9).

Os indícios da trajetória da professora aqui retratada e de outras de seu tempo evidenciam a ocupação de diversos espaços possíveis a algumas mulheres, ao menos àquelas pertencentes aos meios letrados, o que relativiza a representação corrente sobre o papel feminino restrito ao mundo doméstico naquele contexto. Conforme a pesquisa recente de Marcelo Gomes da Silva (1918) sobre o envolvimento de professores nos debates públicos e nas associações docentes do Distrito Federal (1889-1920), as mulheres professoras além de se comprometerem com as questões gerais da categoria, se organizaram em associações pertinentes às suas lutas específicas por emancipação.

Para fins de organização da escrita, o artigo está estruturado em três partes: a trajetória docente da professora e suas lutas pelo magistério primário; a atuação nos movimentos sociais da cidade, com base nos seus escritos sobre a instrução popular e as mulheres; sua atuação política entre as propostas educacionais anarquistas e o socialismo. Como pode ser observado, trata-se de uma divisão artificial na medida em que o próprio sujeito pesquisado não percebia suas experiências docentes, intelectuais e políticas como áreas desconexas. Educação, participação política, direitos dos trabalhadores e emancipação feminina são temas que orientaram suas experiências nos mais diversos espaços sociais da cidade.

Trajatória docente e lutas pelo magistério público

A justiça e o direito são cousas que se não vilipendiam sem protestos dos que não temem dizer verdades, ainda que sob a pressão. (Aurea Corrêa, coluna *Rápido*, GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/6/1909, p. 4)

Professora primária municipal em escolas isoladas de áreas urbanas e suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, desde 1896, Aurea Corrêa Villares Ferreira deixou este desabafo na *Gazeta de Notícias*, em artigo de 1909, no qual analisava a precariedade da maioria das escolas municipais, com seus bancos quebrados e onde tudo faltava – quadros negros, mapas e materiais didáticos. A autora veiculou as reclamações de muitos professores, que nas suas palavras “encheriam uma larga lista” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/6/1909, p. 4). As questões da instrução pública mobilizaram a professora, como outros de sua época, mas não somente: em seus escritos falava de muitas injustiças e lutas por direitos, embasada por sua participação em associações e redes de sociabilidade diversas.

Sem a pretensão de dar conta da biografia de uma pessoa nestas curtas páginas, situamos nesta seção e nas demais, aspectos que entrelaçam uma vida de professora naquele presente, em atenção à sua complexidade, relações e contradições. Aurea Corrêa poderia ser investigada sob o ponto de vista de sua atuação como professora, intelectual, feminista ou militante política. Nossa proposta é de relacionar, ou melhor, não desconectar, descolar e desencarnar escolhas e experiências que não foram vividas desta forma. Iniciamos com o seu fazer-se professora nos subúrbios e no coração da cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros compreendendo extensa parte do território do município e com maior concentração populacional nas áreas próximas às linhas dos trens. O segundo, formado pelos distritos mais populosos, com significativa presença de trabalhadores e escolas públicas e particulares (SCHUELER, RIZZINI E MARQUES, 2015).

A primeira referência que obtivemos da atuação de Aurea Corrêa Villares Ferreira no magistério primário municipal é de 1896, como professora adjunta do 7º distrito, área suburbana (Diário Oficial da União, 11/07/1896, seção 1, p. 8). De acordo com as listas de professores, publicadas por seus respectivos distritos escolares nas edições do *Almanak Laemmert*³, ela se encontrava alocada na 6ª escola feminina de Guandu do Sapé em 1901, situada no 10º distrito escolar, região suburbana do Rio de Janeiro.⁴ Confrontando as informações do *Almanak* com a seção da Prefeitura do Distrito Federal na *Gazeta de Notícias*, emerge uma trajetória docente marcada por muitas transferências de escolas e distritos escolares, situação comum aos docentes do período, por motivos variados. Assim, em 1903, Aurea foi provisoriamente transferida, até anuência do Conselho Superior de Instrução, do 8º

³*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ, 1891 a 1940). Pesquisa realizada através da Hemeroteca Digital Brasileira.

⁴ Guandu do Sapé é o nome de um rio situado no atual bairro de Campo Grande. Nele também se localizava Mendanha, localidade onde atuava como professora primária da 3ª escola masculina (10º distrito escolar), Leolinda de Figueiredo Daltro, que ficou conhecida por sua defesa pela educação laica dos índios e por sua atuação em favor da causa feminista (HAHNER, 1981).

distrito para o 4º (próximo ao centro da cidade), tendo lecionado em escolas femininas em ambos os casos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/9/1903, p. 3). Pelas listas do *Almanak*, ela se manteve, entre 1904 e 1907, vinculada à 9ª escola feminina, à rua São Carlos, n. 30, no 4º distrito escolar, região próxima ao centro da cidade. Em 1908, se encontrava regendo a 4ª escola masculina do 7º distrito. No entanto, nem sempre as informações do *Almanak* vão de encontro às colunas oficiais dos jornais. Na coluna *Prefeitura do Distrito Federal*, de 3 de abril de 1906, é citada sua transferência da 9ª escola feminina do 5º distrito para a 4ª do 10º, de volta ao distante subúrbio (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/04/1906, p. 5). Somente em 1913 a professora aparece com novo endereço escolar, no *Almanak*, à rua dos Coqueiros, n. 20, no Catumbi, 4º distrito, onde teria permanecido até 1916. A última ocorrência de sua atuação como professora é de 1918, à rua Eleone de Almeida, n. 28, também no Catumbi. Não há informação sobre o público atendido pela escola. A circulação por essas escolas e localidades permitiu à professora acumular conhecimentos adquiridos da observação *in loco* de suas condições, observações que alimentaram seus artigos à imprensa e as conferências.

Neste meio tempo, a vida de Aurea passou por dois acontecimentos marcantes, noticiados nos jornais: o falecimento, em 1908, de sua filha com Carlos Maria de Martinez, “a galante Sarandy, vítima da epidemia reinante” (GAZETA DE NOTÍCIAS, em 24/9/1908, p. 3)⁵, e seu casamento civil, ao final de 1909, com o pai de sua filha (JORNAL DO BRASIL, 31/01/1910, p. 4), quando adotou o sobrenome dele.⁶A partir de 1911, passou a assinar Aurea Corrêa de Martinez em seus artigos na *Gazeta de Notícias*. Como veremos adiante, Aurea era socialista, tendo se aproximada das propostas de educação anarquista ao participar da fundação da Associação Escola Moderna. Nesta ocasião, criticou a opressão da mulher pela religião católica, visão que provavelmente influenciou a escolha do casamento não religioso, realizado após o nascimento (e falecimento) da filha do casal.

Em 1918, último ano em que é assinalada, no *Almanak*, a atuação de Aurea como professora, ela estava lecionando na rua Eleone de Almeida, 28, próxima ao seu endereço anterior. Pela primeira vez ela é citada como professora catedrática no *Almanak*, categoria destinada às formadas pela Escola Normal. Não existem registros de sua passagem pela Escola Normal no acervo do Centro de Memória Institucional do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e nem na grande imprensa. Contudo, no Diário Oficial da União de 1897

⁵ Houve uma epidemia de varíola em 1908 no Rio de Janeiro.

⁶ Há poucas informações sobre Carlos Maria Martinez. Na nota do *Jornal do Brasil* sobre o casamento consta que o Sr. Carlos Maria de Martinez era agente da Companhia Equitativa. Tratava-se de uma empresa de seguros de vida. Em 1913, o jornal *A Imprensa* (3/09/1913, p. 5) comunicou a prorrogação da licença dele, como 2º escriturário da comissão do porto de São João da Barra e da Baixada Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

(13/08/1897, Seção 1, p. 7), consta uma lista da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal com a classificação dos diplomados pela Escola Normal, na qual Aurea Corrêa Villares Ferreira ocupa a 16ª posição. Na coluna da prefeitura, *Atos do Poder Executivo*, de 1902, Aurea é mencionada como professora catedrática (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/6/1902, p. 4).

Em 27 de agosto de 1921, o *Correio da Manhã* (p. 5) noticiou o seu sepultamento. O féretro saiu de sua residência, à rua Eleone de Almeida, n. 28, mesmo endereço de sua última escola. A missa de 7º dia contou com a presença de vários membros do magistério, incluindo o conhecido fundador do Colégio Abílio e autor de obras didáticas, Abílio Borges, e o professor da Escola Normal e do Colégio Militar Hemetério dos Santos (*Correio da Manhã*, 8/09/1921, p. 5). Por ocasião das festas escolares de 1923, a coluna *Bandeira do Correio da Manhã* noticiou que o hino “Pavilhão Brasileiro”, composto pela “saudosa” Aurea Corrêa de Martinez, constava do programa da escola da Taquara, em Jacarepaguá, bairro situado nos subúrbios da cidade (CORREIO DA MANHÃ, 18/11/1923, p. 1). Aqui se encerram as aparições da professora nos jornais pesquisados.

A inserção de Aurea Corrêa na área educacional foi além do chão da escola, embora fortemente ancorada nas suas experiências docentes e de suas colegas. A professora levou para a imprensa, através do jornal de grande circulação no período, a *Gazeta de Notícias*, os dramas e as demandas dos professores e professoras que labutavam nas escolas públicas do município, especialmente naquelas que enfrentavam mais dificuldades por suas carências materiais e o “fantasma tremendo” da “falta de verba” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/6/1909, p. 4). Atenta aos ataques aos professores frente às condições precárias das escolas, a escritora saiu em defesa de sua categoria contestando uma crônica de outra escritora. De acordo com Aurea Corrêa, Carmem Dolores⁷ denunciou que as professoras cogitavam mais de sua comodidade do que do bem-estar dos alunos na instalação das casas de ensino. Neste caso, o foco incidia sobre as professoras, mulheres que deveriam cuidar da comodidade e do asseio da casa. Neste momento, Aurea recorreu à sua autoridade de professora, apta a contestar a imagem propalada pela cronista:

Nesta questão em que na qualidade de professora, talvez tenha feito observações mais completas, posso afirmar que a maioria das minhas colegas se vê privada de qualquer comodidade e muitas ficam na triste situação de habitar simplesmente um quarto ou dois da casa e a competente sala de jantar, sem conforto e sem regalias, ocupadas todas as outras

⁷Pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, cronista do jornal diário carioca, *O Paiz* (a respeito, ver Garzoni, 2012).

dependências exclusivamente pelos meninos. [...] A exímia cronista foi mais que infeliz na escolha de escola, feita para suas observações em matéria de higiene escolar. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/5/1910, p. 6)

Entre 1909 e 1912, Aurea Corrêa escreveu artigos para a *Gazeta de Notícias*, em espaços diferentes do jornal, por exemplo, na coluna *Rapido* e na *Instrução Pública*, ambas de publicação irregular. Um tema recorrente nas suas colunas ressaltava a “desigualdade de privilégios entre os professores primários do Distrito Federal”, pertinente às diferenças no trato da Diretoria de Instrução Pública entre “algumas poucas escolas privilegiadas” e “todas as outras se ressentem destas irregularidades”(GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/6/1909, p. 4). Apelando para os direitos que regem a “corporação”, se propôs a unir sua voz aos de seus colegas de “corporação” contra o que ela qualificou como “patronato”, exigindo que

Que se faça irmãmente uma divisão do material que existe e que cessem de vez os privilégios quando todos têm o mesmo direito e se sentem garantidos pela mesma lei, que não estabelece diferença alguma entre os funcionários de uma mesma corporação. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7/6/1909, p. 4)

A articulista isentou o diretor de Instrução Pública da responsabilidade pelas irregularidades no setor, não sem uma fina ironia - “Homem de boa fé e desconhecedor dos mistérios daquela repartição” – o sr. Leoncio Corrêa estaria nas mãos de funcionários hipócritas e perversos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2/8/1909, p. 4). Nas várias edições da coluna *Rapido*, se empenhou com fervor na luta contra o “patronato” na defesa dos direitos dos professores. Denunciou os interesses que envolviam os negócios da Instrução Pública, tornando a gestão do ensino público uma arena de lutas. Seus escritos expõem ao leitor/a uma professora profundamente enraizada nos meandros da instrução pública do município do Rio de Janeiro, desde a estrutura político-administrativa, aos dramas vividos pelos professores no cotidiano escolar. Deste modo, pôs em questão o idealismo reinante na profissão de professor, como “inteligência e nobreza da alma”, frente às “questões do estômago”, esclarecendo que: “lá chegam as contas do vendeiro, da padaria e da quitanda!” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/10/1909, p. 4). Como também contestou a imagem dos professores como “felizardos porque têm casa (que não é sua)”, que seria compartilhada pelos que nada sabiam de sua situação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8/5/1911, p. 2). Por estes embates, apoiou campanhas dos professores por aumento salarial, e se mostrou muito indignada com o projeto do Conselho Municipal de aumentar somente os vencimentos dos professores masculinos (em 30%), em artigo publicado no *Correio da Manhã* (7/05/1913, p. 3). Dez dias depois, um “protesto” contra o projeto de lei municipal foi publicado no mesmo jornal, encabeçado por

Aurea Corrêa de Martinez e apoiado por um número expressivo de outras docentes. Por meio do abaixo-assinado, apresentaram uma série de argumentos em defesa do trabalho docente feminino, destacando que eram “diplomadas na Escola Normal, como os homens” e que “a mulher tem revelado uma dedicação e capacidade incomparável” no cumprimento de seus deveres (CORREIO DA MANHÃ, 17/05/1913, p. 4).

No entanto, Aurea, nas suas colunas, não poupou os professores no que entendia como atitudes não condizentes ao ofício. Sem citar nomes, criticou uma mestra que não ensinava frações aos seus alunos, englobados na categoria de “meninada estúpida” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/10/1909, p. 4). Não será viável, ou mesmo necessário, elencar aqui todos os temas tratados pela colunista. Finalizaremos esta seção destacando uma discussão que, além de ter mobilizado particularmente a autora, oferece elementos para compreendermos as interseções entre as normas escolares, a cultura estudantil e as intervenções das famílias em escolas públicas do Distrito Federal. Diretoras e professoras de escolas mistas admitiam meninos maiores de 10 anos, burla muito comum nas escolas, segundo a colunista (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2/11/1909, p. 4). A prática, denunciada como “falta de observância aos princípios claros da lei”, corresponderia às demandas dos pais, em função do receio causado pelas “consequências de brinquedos perigosos, preferidos quase sempre por meninos” (IDEM). Sob o argumento da necessidade de acompanhar irmãs e mais crianças da casa, do sexo feminino, “barbados, fazendo concorrência aos mais respeitáveis representantes do sexo forte” se apresentavam às aulas como tendo nove ou dez anos de idade. Em decorrência desta prática, as escolas masculinas estariam sujeitas à receber alunos descritos como “cidadãos escovadíssimos, repelidos das escolas femininas, como elementos perigosos” (IDEM). As ações de pais e alunos alteraram significativamente as normas e as práticas escolares, intervindo de forma incisiva na cultura escolar. A prática também incidia sobre as relações de gênero, na medida em que professoras e alunas conviviam no cotidiano escolar com uma faixa etária do sexo masculino vista como perigosa em termos dos padrões de moralidade sexual vigentes naquele meio. Presunção que não impediu o ingresso dos rapazes, mesmo em escolas nas quais professoras zelosas se preocupavam em separar os alunos por sexo na hora do recreio. Em 1911, na coluna *O ensino do povo* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/02/1911, p. 6), voltou a condenar a não observância da letra da lei por docentes das escolas mistas, o que causava o despovoamento das escolas masculinas. Neste artigo, a autora se posicionou a favor da coeducação em escolas mistas, em nome dos efeitos sociais proporcionados pela convivência entre os sexos, e condenou veemente a prática de separar as crianças nos espaços escolares.

Nesta década de intensa participação nos movimentos da instrução pública, Aurea alcançou reconhecimento e notoriedade por seu engajamento pela causa da educação popular, manifestados em mais um dos concursos que tanto apreço causavam aos jornais da época.⁸ Sob o título “Qual a professora pública mais preparada?”, o Semanário de Assuntos Municipais, a *Cidade*, lançou um concurso “para saber qual a mais inteligente e preparada”. Conforme noticiou o *Correio da Manhã* (24/04/1914, p. 3), Aurea Corrêa de Martinez alcançou o primeiro lugar, com 651 votos; Carlina Panasco de Atahyde, o segundo, com 385 votos, seguida de Judith Jitahy de Alencastro, 120 votos, e outros nomes. Seus escritos dedicados aos melhoramentos das escolas públicas, concernentes ao espaço físico, mobiliário e métodos de ensino, contribuíram para a boa avaliação recebida frente à fórmula “inteligente e preparada”, mas não se deve descartar a luta política em favor da educação do povo e do respeito aos direitos de professoras e professores para qualificar positivamente a imagem e fortalecer a identidade dos docentes. Esse aspecto pode ser percebido no caso do professor Hemeterio José dos Santos, que encontrou amplo respeito da imprensa e de parceiros nos seus esforços de mobilização para a reabertura do curso noturno da Escola Normal, frequentado, em sua maioria, por moças que não podiam frequentar o curso diurno por questões econômicas. Aurea Corrêa não mediu os elogios ao “esforçado e exímio lente da Escola Normal e do Colégio Militar” (GAZETA DE NOTICIAS, 25/5/1910, p. 6).

Dando seguimento à tese do exercício do magistério como eixo norteador da atuação de Aurea Corrêa nos espaços intelectuais, sociais e políticos da cidade, nos deteremos na próxima seção a alinhavar suas redes de sociabilidade em conexão às reivindicações em prol da emancipação e participação política das mulheres.

Uma professora nos movimentos sociais da cidade: mulheres na construção da Nação

Colunista na imprensa, presidente do Centro Civilista de Mulheres, 1ª secretária do Comitê Socialista, conferencista da Associação Escola Moderna e de outras agremiações, além da participação em comissões e protestos de professores públicos, Aurea Corrêa circulou por diversos espaços de sociabilidade profissional e intelectual na cidade do Rio de Janeiro, referenciada por seu lugar de professora municipal.⁹ Focalizaremos, nesta seção, como suas

⁸ Sobre os concursos e inquéritos realizados pela imprensa, ver Garzoni (2012), Marques (2015) e Rizzini, Schueler (2018).

⁹ Localizamos no periódico *O Magistério* (1909) contribuições assinadas por “Aurea Correia” e na *Revista do Magistério* (1915-1916), artigos de “A. C.”. Contudo, não é possível afirmar que as assinaturas correspondessem à professora pesquisada.

lutas pelos direitos das mulheres atravessavam seus movimentos nestes espaços e mobilizavam suas redes de sociabilidade. Quem eram as mulheres pelas quais Aurea se empenhou em dar voz?

Na denúncia, citada na seção anterior, do tratamento desigual entre homens e mulheres no magistério municipal, Aurea acusou os intendentos de pretenderem “calar a professora”, tentativa infrutífera, pois, com o auxílio da pena da escritora, professoras se manifestaram contra a medida. Não há dúvida de que professores e professoras constituíram importantes elementos de sua rede de sociabilidade, mesmo em organizações sem vínculo direto com a educação. Esse foi o caso do Centro Civilista de Senhoras¹⁰, em cuja lista de adeptas constavam os nomes de nove professoras. O curioso é que somente elas tiveram suas profissões informadas, fato que indicia a importância do ofício para a legitimação das lutas femininas para a conquista de direitos. No documento, publicado na *Gazeta de Notícias* e no *Correio da Manhã* no dia 24 de janeiro de 1910, as participantes reivindicavam que a mulher começasse a tomar “a parte que deve nas decisões públicas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/01/1910, p. 1). Os sete tópicos do comitê estavam centrados na “emancipação da mulher”, compreendida como a possibilidade de participar das “grandes causas”, fazendo parte do “corpo social”, ao lado do homem, como esposa, mãe ou filha (Idem). O voto feminino não é diretamente citado, mas sua reivindicação se apresenta nas entrelinhas no texto, e no comentário de Aurea sobre o movimento sufragista londrino de 1910:

As sufragistas londrinas fizeram o diabo a quatro na capital inglesa. Em número de dez mil romperam em procissão acompanhadas de quarenta bandas de música, pronunciaram discursos, criticaram a polícia e pediram ao governo a apresentação e aprovação de um projeto de lei, concedendo às mulheres o direito ao voto. Que conseguirá o monumental cortejo?

Por aqui, a coisa anda muito pior em relação aos direitos femininos, e não é crível que as mulheres tomem uma solução parecida com a das revolucionárias londrinas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/6/1910, p. 5).

Aurea encabeçou a lista das civilistas, que na edição da *Gazeta de Notícias*, de 20 de janeiro de 1910, informou os endereços das afiliadas. Residente à rua General Caldwell, n. 177 (Distrito de Santana, Centro), compartilhou seus anseios frente à campanha com mais sete moradoras da mesma rua, no n. 127, um dos endereços para recebimento de correspondência, além do escritório da *Gazeta de Notícias* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/01/1910, p. 1).

¹⁰ Embora não pudessem votar, grupos de mulheres se organizaram para tentar influir no desenrolar da disputa eleitoral de 1909-1910. O Centro Civilista de Senhoras foi criado em apoio à campanha de Rui Barbosa à presidência da República. Mulheres que apoiavam a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca fundaram a Junta Feminina pró-Hermes-Wenceslau, com a presença da professora municipal Leolinda Dalto. Sobre a batalha eleitoral de 1909-1910, ver Borges (2011).

Moradoras dos subúrbios, onde Aurea provavelmente manteve relações devido às escolas onde lecionou, também aderiram à campanha civilista.¹¹ Se o resultado da eleição causou reações indignadas entre os grupos civilistas, a pena de Aurea não ficou atrás. Em maio de 1910, deslanchou críticas ácidas à apuração presidencial, descrita como um “horível festim de canibais”, um “golpe arremessado aos direitos do povo” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/5/1910, p. 6).

Nove anos depois, o *Correio da Manhã* (4/02/1919, p. 1) anunciou a reaparição do Centro Civilista sob a denominação de Centro Patriótico da Mulher Brasileira e presidido por sua fundadora, Aurea Corrêa de Martinez, secretariada pelas professoras Alice Soares Vivas¹² e Iracema da Costa Vieira. O endereço era o da última escola e residência de Aurea, à rua Eleone de Almeida, n. 28. Neste período Rui Barbosa se candidatou novamente à presidência, em moldes semelhantes à campanha de 1909-1910.

Em outra agremiação na qual Aurea Corrêa esteve envolvida, a Associação Escola Moderna, sua participação se destacou pela temática da educação e da emancipação da mulher, que segundo a imprensa, mobilizou um auditório com significativa presença feminina para ouvir a professora discorrer sobre “A mulher e o ensino racionalista”. Na ocasião, associou o ensinoracionalista, isento de preconceitos religiosos, à eliminação da separação entre o homem e a mulher.

Um dos textos mais enfáticos no combate às desigualdades de gênero está diretamente relacionado à profissão de professora. Com palavras duras, Aurea condenou a iniciativa dos homens que legislavam para a cidade, por entenderem que cabia aos homens atuantes no magistério primário receberem mais que as mulheres. Indagou ela:

Que coisas terão como tais os inventores do mostrengo, se a mulher que luta e trabalha, e que arca com as responsabilidades do cargo independente da intervenção do homem, fica negada a existência das mesmas necessidades? Que causas determinarão a desvalorização do trabalho da mulher no ensino primário, quando um rápido exame da estatística escolar, uma ligeira observação dos resultados, deixam à satisfação colher dados que demonstram o trabalho eficaz, assíduo, inteligente da professora nos misteres do seu cargo? (CORREIO DA MANHÃ, 7/05/1913, p. 4)

¹¹ Os reveses sofridos pelas escolas dos subúrbios estavam em sua pauta. Na coluna *O ensino do povo*, condenou “a transferência de uma escola frequentadíssima na estação de Engenho de Dentro, onde a população é densíssima” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/01/1911, p. 2). Docentes podiam contar com o apoio da colaboradora da *Gazeta de Notícias* para transmitir suas denúncias através de um jornal que também era vendido nas estações de trem das áreas suburbanas (BARBOSA, 2000).

¹² Alice Soares Vivas foi auxiliar de ensino da professora Aurea Corrêa. Juntas, cursaram as aulas de Esperanto oferecidas para professoras em 1917 (CORREIO DA MANHÃ, 29/10/1917, p. 2).

A professora apontou para duas questões candentes da época em relação à posição da mulher na sociedade e na família: as mulheres, casadas ou não, assumiam as responsabilidades da família; e seu trabalho não poderia ser considerado como “auxílio às algibeiras do homem”, concepção que ela tomou como incoerente e injusta (CORREIO DA MANHÃ, 7/05/1913, p. 4). Na defesa do magistério como opção profissional às mulheres, apoiou a luta do professor negro Hemeterio dos Santos, em 1910, pela restauração do curso noturno da Escola Normal, que havia sido fechado por iniciativa do diretor da instituição, José Veríssimo. No artigo da coluna *Rapido*, Aurea Corrêa destacou a importância do curso para o desenvolvimento intelectual de centenas de pessoas que não podiam frequentar as aulas diurnas por “circunstâncias inumeráveis, de ordem econômica” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/5/1910, p. 6). Conforme atesta Marina Uekane (2016), essas pessoas eram, em sua grande maioria, do sexo feminino. Moças que lutaram ao lado do professor Hemeterio para a volta do curso noturno, em manifestações diversas cobertas pela imprensa (SCHUELER, RIZZINI, 2017).

A defesa do desenvolvimento intelectual de normalistas pode ter sido acirrada por sua indignação contra as concepções de Enrico Ferri (1856-1929) sobre uma suposta inferioridade biológica da mulher, destinada apenas à maternidade, palavras que causaram o repúdio de outra cronista: Carmem Dolores (SOIHET, 2004, p. 86). Aurea não citou o nome de Ferri, mas de um “criminalista bela e fecunda Itália, pátria de Machiavel e Miguel Ângelo”. Criticou o gosto local por citar nomes estrangeiros e de se deliciar assistindo conferências em italiano “em que somos surradas a valer e batemos palmas” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27/12/1909, p. 4). A passividade da plateia também incomodou Carmem, que escrevera uma crônica sobre o assunto no *Correio da Manhã*, no ano anterior (26/11/1908), de acordo com Raquel Soihet (2004).

Alguns meses depois, em junho de 2010, Aurea escreveu um texto dirigido às mulheres, um apelo para que reagissem aos ataques e covardias de “um bando de irracionais metidos por um capricho da natureza à categoria dos bípedes”. No artigo, publicado na coluna *Rapido*, as leitoras foram conclamadas com fervor:

Mulheres, mulheres!... Como é decantada a vossa neutralidade em questões que vos afetam diretamente e quanto vos custa um bocadinho de zelo pelos direitos humanos, um ceitel de raciocínio, e uma, ainda que pequena dose de atividade, de lógica natural, em negócios que se não refiram exclusivamente ao lar, ou quando muito à escola!... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27/06/ 1910, p. 5)

Não haveria mais do que duas opções para as mulheres, de acordo com a autora: deixar isso para lá ou aceitar a luta, o combate. Para tal, o mundo da mulher teria que se alargar para além do lar, e mesmo da escola, no caso das profissionais do ensino. Essa foi a escolha de Aurea Corrêa: se lançou em outros terrenos, sem abrir mão de sua identidade profissional. Na próxima seção, focalizaremos sua inserção em outras redes sociais, alinhavadas às lutas do mundo do trabalho pelo viés da educação.

Educação libertária e organização operária socialista: entre a Associação Escola Moderna e o Comitê de Propaganda Socialista

Desde o século XIX, associações de trabalhadores se empenharam em promover iniciativas educacionais dirigidas aos seus associados e familiares, no Brasil (COSTA, 2012; MAC CORD, 2012). Nos Congressos Operários Brasileiros (1906, 1913 e 1920), e também em alguns estaduais, a escola como estratégia de emancipação operária tornou-se tema de debates e resoluções, sendo que no Congresso de 1913 evidenciou-se a influência *ferrerista* no movimento operário com a indicação da criação de escolas racionalistas (SILVA, 2015). Entre os anarquistas, cultura e educação assumiram papel proeminente como meios de emancipação (VALLADARES, 2005). Estes grupos não empunharam a bandeira do ensino público obrigatório, contudo não defenderam a *desescolarização* da sociedade. Ao contrário, em meados do século XX, experiências educacionais libertárias encontraram acolhida em diversos países da Europa e das Américas, especialmente após o fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia, em 1909, na Espanha. Nas chamadas escolas modernas, diferentes metodologias de ensino foram experimentadas. Moraes, Calsavara e Martins (2012) empregam o termo “pedagogias anarquistas” no plural, sinalizando para suas diferenças. Contudo, esclarecerem que elas “convergem ao defender a integração entre trabalho intelectual e trabalho manual, o valor da experimentação pessoal e direta, o jogo como atividade pedagógica coletiva privilegiada” (MORAES; CALSAVARA; MARTINS, 2012, p. 1000).

A atuação das mulheres nas organizações de trabalhadores e nas suas ações educacionais ainda é pouca conhecida da historiografia.¹³ Para o caso de São Paulo, Pedro Henrique Silva (2015) registrou duas iniciativas dirigidas à educação da classe trabalhadora feminina no período: a Associação Feminina de São Paulo e a Sociedade Feminina da

¹³ Para uma análise da atuação de trabalhadoras nos movimentos grevistas de São Paulo, no período de 1917 a 1937, ver Fraccaro (2016).

Educação Moderna, divulgadas no periódico *A Guerra Social* (Rio de Janeiro), no ano de 1911. A segunda organização fundou uma escola racionalista.

Pouco sabemos sobre o envolvimento de professoras e professores públicos no movimento educacional anarquista. Pelos jornais, tivemos conhecimento de que a professora Aurea Corrêa participou das conferências organizadas pela recém-criada Associação Escola Moderna, criada no Rio de Janeiro em 1910 para a difusão do ensino racionalista, dividindo a oratória com nomes como Medeiros e Albuquerque e Maurício de Medeiros.¹⁴ A Associação se encontrava filiada à Liga Internacional para a Educação Racional da Infância (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/6/ 1910, p. 6). A Liga Internacional resultou do contato entre Francisco Ferrer, o matemático francês Charles-Ange Laisant e a professora e sindicalista Henriete Meyer. Sua sede foi transferida de Bruxelas para Paris em 1909, com seções em vários países, incluindo Cuba e Argentina (SANTOS, 2014). Meses antes da iniciativa carioca, havia surgido em São Paulo o Comitê Pró Escola Moderna com o objetivo de criar escolas baseadas no racionalismo, participe da mobilização internacional em decorrência do fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha.

O tom das notícias dos jornais sobre a Associação Escola Moderna é de apoio à iniciativa e a seus princípios, centrados no “método de ensino do professor Francisco Ferrer”. Não há referência diretamente às ideias anarquistas, contudo, alguns princípios emergem nos textos das matérias, especialmente no relato feito sobre a conferência de Aurea Corrêa, a única que obteve uma cobertura mais detalhada pela imprensa. Os termos *solidariedade*, *liberdade* e *injustiças* aparecem lá (O PAIZ, 12/06/1910, p. 6). Em 13 de agosto de 1911 foi anunciada a inauguração da “primeira escola moderna” da Associação, dirigida pelos professores Diogo Ramires, Oldemar Alves e Georgina Ramires em edifício à rua da Alfandega, n. 120, no centro do Rio. O convite feito aos leitores deixa clara a opção pedagógica da iniciativa: é dirigido aos sócios e a todos os que “simpatizam com o método de ensino do professor Francisco Ferrer” (CORREIO DA MANHÃ, 13/08/1911, p. 4). A destacar, o apoio de outras organizações à iniciativa da Associação, cedendo seus espaços para as solenidades, como, por exemplo, a da inauguração da Escola, ocorrida no salão do Centro Galego, à rua da Constituição, n. 38. Em 12 de outubro de 1910, *O Paiz* (p. 6) anunciou a comemoração do primeiro aniversário da morte do “grande educador Francisco

¹⁴ De acordo com Silva (2015), os textos das conferências de Maurício de Medeiros foram traduzidos pelo anarquista Manoel Moscoso para a *Revista Francisco Ferrer* de Buenos Aires. O autor verificou que “os círculos de educação popular baseados nas ideias ferreristas não se limitavam aos anarquistas, havia a presença de intelectuais de outros matizes ideológicos, similar à experiência da Escola Moderna de Barcelona” (SILVA, 2015, p. 54).

Ferrer” pela Associação Escola Moderna e a Federação Operária do Rio de Janeiro, evento realizado à rua do Hospício, n. 166, sede da Federação. A sessão teve grande concorrência e contou com a presença de diversos oradores, segundo notícia do *Correio da Manhã* (14/10/1910, p. 1). Estariam Aurea Corrêa e os professores das escolas modernas entre eles?

Não há evidências da participação direta de Aurea Corrêa nas iniciativas educacionais articuladas pelo movimento anarquista no Rio de Janeiro junto ao movimento operário, como a Escola Operária 1º de Maio (1903-1934), fundada pelo anarquista Pedro Baptista Matera no bairro de Vila Isabel, para a formação dos operários e seus filhos, com aulas diurnas e noturnas, sob o sistema de coeducação dos sexos (SILVA, 2015). Contudo, há indícios claros da aproximação de Aurea aos ideais da educação libertária, tanto por sua adesão à Associação Escola Moderna quanto pela participação em um curso de Esperanto, língua universal, sem filiação a nações, abraçada pelo anarquismo.

O curso, dedicado ao professorado, havia sido inaugurado em 9 de maio de 1917, na Escola Tiradentes¹⁵ pelo prof. Dr. Everardo Backeuser¹⁶, o que nos sugere o envolvimento de outros docentes com os princípios da educação libertária. No dia 26 de outubro de 1917, professoras e professores realizaram provas orais de Esperanto na sede do Brazilia Klubo Esperanto, tendo Aurea Corrêa de Martinez sido aprovada plenamente com grau 9, de acordo com a nota publicada no *Correio da Manhã* (29/10/1917, p. 2). Na ocasião, sua auxiliar de ensino, Alice Soares Vivas, também teve aprovação no curso.

Aurea se alinhou ao movimento socialista, tendo participado da diretoria do Comitê de Propaganda Socialista, criado em 1912 para divulgar o socialismo no Rio de Janeiro. Contudo, é possível supor-se que a militante estivesse alinhada com alguns princípios do anarquismo, especialmente com as propostas educacionais de suas escolas, que propugnavam um ensino laico, científico e, à princípio, sem distinção de gênero, baseado na coeducação.

Tais proposições foram abraçadas por várias experiências escolares promovidas por associações operárias do país. De acordo com Edgar Rodrigues (1992a), as escolas começaram a surgir em 1895, como a “Escola União Operária”, no Rio Grande do Sul. Em meados do século XX, diversas escolas vinculadas ao movimento operário surgiram no Brasil, como a Escola Operária 1º de Maio no Rio de Janeiro (1903), Escola Eliseu Reclus, em Porto

¹⁵ Escola municipal inaugurada em 1905 pelo prefeito Pereira Passos. Continua em funcionamento, localizada na Rua Visconde do Rio Branco, nº 48, centro da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶ Everardo Backeuser (Niterói, 23 de maio de 1879 - Niterói, 1º de janeiro de 1951) foi um engenheiro, geógrafo, escritor, jornalista, professor de vários estabelecimentos de ensino secundário e superior e exerceu funções político-administrativas no Rio de Janeiro. Fundou e presidiu o Clube Brasileiro de Esperanto - Brazilia Klubo Esperanto, militando pela propagação do uso da língua, principalmente nos meios acadêmicos. A respeito, ver Barreira, 1999. p. 175-181.

Alegre (1906), Escola Germinal (Ceará), Escola da Liga Operária de Sorocaba (1911), Escola da União Operária de Franca (1912), Escola Moderna em Petrópolis (1913), Escola Moderna do Ceará (1912), Escolas Modernas n.1 e n.2 em São Paulo (1912), Escola Moderna de São Caetano e Escola da Liga Operária de Campinas, entre outras.

Além das escolas e cursos profissionalizantes, as associações de trabalhadores investiram em iniciativas diversificadas de caráter educativo e de mobilização política, como a criação de jornais e revistas¹⁷, bibliotecas, centros de estudos, e a difusão de obras literárias, ensino de música e teatro social, com peças teatrais representadas em sindicatos e centros sociais. Cabe um parêntesis aqui para destacar que as pesquisas sobre a educação libertária e a criação de escolas modernas no Brasil tiveram impulso com as iniciativas de autores militantes dos movimentos anarquistas, como Edgar Rodrigues, que publicou diversos textos entre as décadas de 1950 e 2000. Um exemplo é o livro *O anarquismo no teatro, na escola e na poesia*, publicado em 1992 (RODRIGUES, 1992b). O tema tem encontrado importante acolhida entre professores e pós-graduandos das áreas da História e da História da Educação, como os trabalhos de: Campos (2007); Martins (2007); Moraes, Calsavara, Martins (2012); Silva (2013); Santos (2014); Silva (2015), Bilhão (2015, 2016), entre outros. A temática requer investimentos dos historiadores da educação, pois certamente há experiências escolares desconhecidas da historiografia ou não investigadas, bem como aquelas não analisadas em suas relações com as propostas educativas do movimento anarquista.

Qual teria sido o envolvimento de Aurea Corrêa com as iniciativas educativas anarquistas? À primeira vista, parece contraditório uma professora pública com pelo menos 14anos de experiência no magistério primário municipal e que escrevia na imprensa defendendo a melhoria física e pedagógica destas escolas pudesse militar em favor da educação libertária anarquista, conhecida por condenar a educação estatal-cívica. No entanto, é bastante razoável supor que a professora, como outros profissionais da educação de seu tempo, tenha se identificado com alguns aspectos do paradigma educacional do racionalismo. Como salienta Luciana Santos (2014), o livre pensamento, o laicismo e o cientificismo definiam o racionalista pedagógico do século XIX, elementos comuns que exprimiam duas direções: “a escola laica e republicana, paradigma do Estado liberal; e a escola que germinou entre os socialistas, anarquistas, sindicalistas e o movimento operário” (SANTOS, 2014, p. 59). Pelo relato da conferência de Aurea (não tivemos acesso ao texto original), a ênfase recaiu sobre os preconceitos religiosos que restringiram a ação da mulher no curso da história:

¹⁷ Sobre os periódicos anarquistas cariocas, ver o trabalho de Rodrigues, 2010.

Depois a conferencista lembrou que em nenhuma religião há uma consagração tão formal da injustiça da sociedade contra a mulher, como na religião católica. O pecado original atribuído à mulher, as dores, os sofrimentos que desse pecado decorreram para a humanidade, constituem uma imprecisão constante do catolicismo contra a mulher (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/06/1910, p. 4).

A conferencista alinhou suas ideias ao movimento anticlerical que avançou em países católicos, com repercussão intensa na Catalunha no período da criação da Escola Moderna por Francisco Ferrer (SANTOS, 2014). No cenário brasileiro, Aurea atuou no magistério público sob o regime da Constituição de 1891 que prescreveu o ensino “leigo” nos estabelecimentos públicos (Art. 72, § 4º) e o casamento civil (Art. 72, § 6º). Não temos a intenção de afirmar que com a República o Estado brasileiro tenha se tornado laico, concordando com a problematização feita por Fábio Leite (2011) sobre a laicidade do Estado e sua independência em relação à religião católica. Mas, sem dúvida, o amparo legal favoreceu certas escolhas, como a de Aurea Corrêa Villares Ferreira e Carlos Maria de Martinez, que se uniram em matrimônio numa cerimônia civil, segundo nota do *Jornal do Brasil* (31/01/1910, p. 4). Neste período, já agiam na cidade os adeptos da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, que tinha sua sede na Rua Marechal Floriano, n. 118.

Contudo, não é possível relacionar Aurea com o racionalismo de inspiração liberal por conta de sua filiação aosocialismo e defesa dos direitos dos trabalhadores. Em 1912, foi fundado no Distrito Federal um Comitê de Propaganda Socialista, composto por doze homens e uma mulher, segundo lista publicada na *Gazeta de Notícias*. Aurea Corrêa de Martinez participou da reunião de fundação do Comitê e integrou a sua diretoria, na posição de “1ª secretário” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/6/1912, p. 3). Seu marido estava na reunião, mas não na diretoria nela constituída. Entre os seus fins, estavam os de: “Promover a reunião próxima de um Congresso Socialista, que estabelecerá normas da organização política do proletariado” e “Estabelecer relações com todos os centros de atividade ou propaganda da ideia, no país e fora dele” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/6/1912, p. 3).

No artigo “Bela iniciativa”, dedicado a apoiar a criação da Liga Nacional Pátria e Progresso, Aurea justificou a propaganda que fez da “associação” por vir ao “auxílio do povo”, sem deixar de sinalizar que tinha restrições quanto à sua orientação. A professora assistiu à sessão organizadora da Liga, ocorrida no Salão do Centro Alagoano, tendo por fundador, Themistocles Leão, e orador oficial, Dr. Serpa Pinto. Seu relato enfatiza aspectos pertinentes às suas lutas políticas, como o aproveitamento nos ramos da indústria, comércio e lavoura dos nacionais “a qualquer sexo que pertençam”, e aos homens todos, sem exceção de

raças ou de nações. Em atenção ao processo tenso das lutas pela regulamentação do trabalho, salientou que seria solicitado “aos patrões, e por igual processo aos poderes competentes” a regulamentação das horas de trabalho, zelando por interesses comuns. No campo educacional, informou que “a associação procurará desenvolver e dar incremento às aptidões morais e intelectuais do povo, ativando o progresso das ciências, artes e letras”, defendendo o estudo da “língua guarani nos estabelecimentos de ensino” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/5/1911, p, 4). Na oportunidade, esclareceu enfaticamente sua independência em relação às escolas e ideias socialistas, mesmo sob o risco da incompreensão de seus camaradas:

Parece talvez que, em benefício de tal propaganda, figure eu de incoerente a meu pequeno grupo de conhecidos e camaradas. Tal, porém, não acontece. Filiada ao socialismo, por temperamento, por sistema, por natureza, não me cinjo a escolas nem quero que opiniões alheias possam de qualquer sorte parecer influir nas minhas vibrações de ordem puramente natural. E se porventura pertencem as minhas ideias socialistas a qualquer gênero de escola, será ele certamente o eclético, em que é adotado e seguido o que melhor se me assemelha, ao menos quando ainda o espírito do povo não está preparado para a conquista de mais largas aspirações (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/5/1911, p, 4).

Sem dúvida, como inúmeros atores sociais de sua época, Aurea Corrêa sofreu influências de uma multiplicidade de teorias e práticas políticas e educacionais, em decorrência de sua ampla rede de sociabilidade intelectual, política e profissional. Seguimos a linha de discussão de Rodrigo Silva (2013), que

Muito além de tentar responder se Ferrer foi um militante anarquista [...] [busquei] reconstruir, a partir de reconstituição da rede de contatos político-científicos de Ferrer, o complexo processo de elaboração e execução de um projeto político-pedagógico inovador na Europa durante a década de 1900, de caráter internacional e internacionalista, baseado em uma também complexa relação de mútua influência entre teorias e personagens no campo da política, da ciência e da educação. (SILVA, 2013, p. 358).

Considerações finais

No presente artigo, analisamos aspectos da trajetória profissional e algumas perspectivas sociais, políticas e pedagógicas defendidas por uma professora primária municipal do Rio de Janeiro, Aurea Corrêa Villares Ferreira/Martinez, a partir da leitura de sua produção escrita publicada em jornais de grande circulação à época, especialmente a *Gazeta de Notícias*.

O estudo sobre o seu percurso no campo educacional da cidade do Rio de Janeiro demonstra que a professora teve expressiva participação nos movimentos de luta por direitos

civis, sociais educacionais e políticos, além de integrar as disputas femininas pela expansão do acesso ao mundo das letras e do trabalho, entre os séculos XIX e XX. A sua experiência pessoal e profissional também nos possibilita questionar periodizações convencionais que contribuíram para a construção de perspectivas homogeneizadoras e teleológicas sobre a história dos movimentos de mulheres nas disputas por direitos. A década de 1920 tem sido apontada como um marco referencial para a explosão de uma das chamadas “ondas feministas”, momento de intensificação das disputas pelo sufrágio, pelo trabalho e pela ampliação do acesso às instituições e políticas educacionais.

No entanto, ao conferirmos visibilidade à trajetória de outras personagens em diferentes temporalidades históricas, como foi o caso aqui analisado da professora Aurea Corrêa, buscamos validar os argumentos da historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra (2006), para quem situar no tempo a presença e as lutas femininas na cena pública é uma escolha historiográfica e não um fato histórico dado. Conforme discute a autora, desde a década de 1820, mulheres de diferentes origens sociais atuaram na esfera pública, por meio do manejo da pena e da escrita, expressando manifestações políticas, organizando-se em sociedades e associações, produzindo literatura, manuais e livros pedagógicos e periódicos.

Como muitas professoras de seu tempo e suas antecessoras, Aurea Corrêa constituiu ampla rede de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro, baseada nas suas experiências no magistério primário e nas lutas políticas. Atuou na defesa dos direitos dos/as professores/as, na melhoria das escolas e dos métodos de ensino, na propaganda do socialismo e nas eleições presidenciais de 1910. Participou da criação da Associação Escola Moderna, responsável pela fundação de uma escola no centro do Rio de Janeiro, inspirada nas experiências de educação libertária de Francisco Ferrer desenvolvidas em Barcelona. De fato, desde as décadas finais do século XIX, ela não esteve sozinha. Diversas outras mulheres e professoras integraram os movimentos sociais e operários na cidade, atuaram em associações de trabalhadores e na imprensa periódica, nas décadas de 1910 a 1930, como recentemente demonstrou em sua tese o historiador Marcelo Gomes da Silva (2018).

Assim, compartilhando as reflexões dos estudos recentes, defendemos a hipótese de que os indícios da trajetória de Aurea Corrêa, brevemente retratados nesse artigo, evidenciam a ocupação de diversos espaços possíveis a algumas mulheres, ao menos àquelas que se fizeram professoras e pertenceram aos meios letrados. Suas lutas históricas relativizam a representação ainda corrente - e, infelizmente, tão atualizada por correntes de pensamento conservador e pelos retrocessos políticos nos direitos das mulheres no presente - sobre o suposto predomínio do mundo doméstico como limite para as experiências femininas.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Luís Carlos. Everardo Adolpho Backheuser. In: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro; Brasília: UFRJ; INEP, 1999, p. 175-181.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BILHÃO, Isabel. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na Primeira República brasileira. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n.45, p. 141-157, 2015.

BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 20, n.2, p.176-184, 2016.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CAMPOS, Andreia da Silva Lucas de. **Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)**. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru.

COSTA, Ana Luíza J. da. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência**. 274 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maurilane de Souza Biccás.

FIORUCCI, Flávia. “País afeminado, proletario feminista”. Mujeres inmorales e incapaces: la feminización Del magisterio em disputa (1900-1920). **Anuario de Historia de la Educación**, Sociedad Argentina de Historia de la Educación, v. 17, n. 2, p. 120-137, 2016.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 198f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016. Orientador: Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva.

GARZONI, Lericé de Castro. **Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)**. 291f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Clementina Pereira Cunha.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 32-60, junho 2011.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e manifestações políticas no Brasil imperial. *Almanack Braziliense*, n. 3, p. 105-122, maio 2006.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas-SP: Unicamp, 2012.

MARTINS, Angela Maria Souza. Análise Histórica da Educação Libertária no Brasil no início do século XX. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, **Anais...**Campo Grande-MS, 2007. v. 1. p. 1-14.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana; MARTINS, Ana Paula. O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 997-1012, out./dez. 2012.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista História e Historiografia da Educação**, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan./abr. 2018.

RODRIGUES, Edgar. **Quem tem medo do anarquismo?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992a.

_____. **O anarquismo no teatro, na escola e na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992b.

RODRIGUES, Marcos Aurelio Santana. **Pelas páginas dos periódicos**: comparando práticas discursivas anarquistas no Rio de Janeiro entre 1898 e o início da década de 1920. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magda Maria Janolino Torres.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p.145-165, maio/ago. 2015.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma. Hemetério José dos Santos: professor e intelectual negro nas disputas pela educação na cidade do Rio de Janeiro. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Rascunhos cativos**: educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2017, p. 77-99.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A educação libertária e o extraordinário**: traços de uma pedagogia (r)evolucionária. 218f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Sylvia VidigalMoraes.

SILVA, Marcelo Gomes da. **“Operários do pensamento”**: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens emulheres no Rio de Janeiro (1900-1937). 304f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2018. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Costa Alves de Oliveira.

SILVA, Pedro Henrique Prado da. **A Escola Operária 1º de Maio e Pedro Matera**: a educação popular como instrumento revolucionário no Brasil (1903-1934). 107f. Dissertação

(Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Souza Martins.

SILVA, Rodrigo Rosa. **Anarquismo, ciência e educação**: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). 379f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Emilia Nuevo Barreto Bruno.

SOIHET, Raquel. Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 423, p. 77-95, 2004.

UEKANE, Marina Natsume. **Com o bom professor tudo está feito, sem ele nada se faz**: uma análise da conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912). 276f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Frota Martinez de Schueler.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez. 2005.

VALLADARES, Eduardo. A educação anarquista na República Velha. **Verve**, São Paulo, n. 7, p. 153-177, 2005.

SOBRE AS AUTORAS:

Irma Rizzini

Professora de História da Educação do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Brasil; pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da UFRJ. E-mail: irma.rizzini@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-6195-6490>

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Professora de História da Educação do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); pesquisadora associada ao GESDI – Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços\Tempos da História e dos Cotidianos\ Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP\UERJ). E-mail: alefrotaschueler@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-7708-6899>

Recebido em: 23 de março de 2019
Aprovado em: 12 de maio de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020